



Câmara Municipal de Teófilo Otoni

Praça Tiradentes, 170 Centro CEP: 39800-001 Fone: (033) 3536 4000

Site: www.teofilootoni.mg.leg.br /E-mail: teofilootoni@teofilootoni.mg.leg.br

PARECER JURÍDICO

Projeto de Lei Nº 077/2021

I – DO HISTÓRICO

Trata-se o expediente de Parecer Jurídico acerca do Projeto de Lei nº 077/2021, de autoria do Vereador Harley da Costa Araújo, que *Dispõe sobre a Semana do Consumo Consciente de Energia Elétrica e dá outras providências.*

Estudada a matéria, passa-se ao parecer:

II – DO PARECER

Passando para análise criteriosa acerca do Regimento Interno, tem-se no art. 139, I, do mesmo diploma legal, o Projeto de Lei como matéria sujeita à apreciação da Câmara Municipal.

No contexto, importa mencionar que é dada iniciativa ao Vereador no que tange a autoria do Projeto de Lei, como expresso no art. 147, II, do mesmo dispositivo supra.

Adentrando ao mérito da matéria, tem-se que há flagrante ilegalidade, quando o Projeto de Lei em debate impõe um dever à Secretaria de Educação, mister cabível ao poder executivo.

A ação delineada pelo Projeto de Lei em debate constitui atividade administrativa reservada ao Alcaide Municipal pelos art. 52, incisos III e IV, e art. 82, inciso XII, ambos da Lei Orgânica do Município, "verbis":

Art. 52-São de iniciativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

(...)

III-organização administrativa, matéria financeira e Orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração pública Municipal;

IV-criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal.



Câmara Municipal de Teófilo Otoni

Praça Tiradentes, 170 Centro CEP: 39800-001 Fone: (033) 3536 4000

Site: www.teofilootoni.mg.leg.br /E-mail: teofilootoni@teofilootoni.mg.leg.br

III - CONCLUSÃO

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.) Sem grifo no original.

Assim, ante ao exposto, é nítido que o presente Projeto de Lei está maculado pela inconstitucionalidade, possuindo vício de iniciativa, por isso, **OPINO PELA ILEGALIDADE DO REFERIDO PROJETO DE LEI.**

Que o Projeto de Lei seja encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação para apreciação.

É o parecer.

Teófilo Otoni/MG, 30 de abril de 2021

Marco Junio Soares e Silva

Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Teófilo Otoni